

NOVELA

Governo negocia para retomar obra de aquário em dois meses

Acordo entre governo do Estado e Egelte para reativar canteiro de obras do Aquário do Pantanal está próximo de acontecer

LUCIA MOREL

O governo do Estado espera que o canteiro de obras do Aquário do Pantanal volte a funcionar até o fim de abril. As negociações com a Egelte Engenharia, empreiteira contratada para concluir a obra física do empreendimento, estão avançadas. Conforme a Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), existe grande possibilidade de a empresa retornar ao canteiro de obras, parado desde julho do ano passado. Técnicos da agência sustentam que o governo quer a empresa novamente à frente do Aquário, e as conversas e negociações em andamento entre ambos sinalizam que este também seria o desejo da empreiteira.

Em novembro do ano passado, a Egelte foi à Justiça contra a Agesul para que ela deixasse de ser a responsável pelo empreendimento, ou seja, ela queria a rescisão do contrato. Isso porque em março de 2014 a obra ficou a cargo da Proteco Engenharia, que em julho de 2015 foi afastada em razão da operação Lama Asfáltica, da Polícia Federal.

Para evitar decisão equivocada e também um entrave judicial extenso, o juiz convocou para atuar na 1ª Seção Cível do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, José Ale Ahmad Netto, reuniu as partes na tentativa de acordo e deu prazo para que ambos analisassem a obra e apresentassem as necessidades visualizadas por cada uma. Esse prazo vence na segunda-feira, dia 29.

Nesta data, segundo o secretário de governo, Eduardo Riedel, a Egelte entrega à Agesul planilhas com os quantitativos materiais e financeiros para posterior análise. Tal entrega será feita durante reunião, em juízo, no dia 29. “É preciso esse tempo para analisar. Se o governo aceitar, a Egelte retoma as obras, senão, as negociações



FOTOS: PAULO RIBAS

FALTA POUCO. Lagoas ao fundo do Aquário estão prontas para receber futuros animais que vão povoá-las; e na área interna, algumas partes precisarão ser refeitas

Saiba

Entenda

A Egelte foi vencedora da licitação que escolheu a empresa para construir o Aquário do Pantanal, em 2011. Mas em 2014 foi a Proteco, de João Amorim, investigado na Operação Lama Asfáltica, que assumiu a obra. Tal substituição foi realizada por meio de subempreita. No entanto, a vencedora original alega ter sido “afastada por motivos escusos”. Agora, tudo indica que a Egelte reassumirá o empreendimento, finalizando de uma vez por todas o impasse e também a obra.

recomeçam”, disse Riedel.

Por meio da mediação do juiz convocado, Egelte e Age-

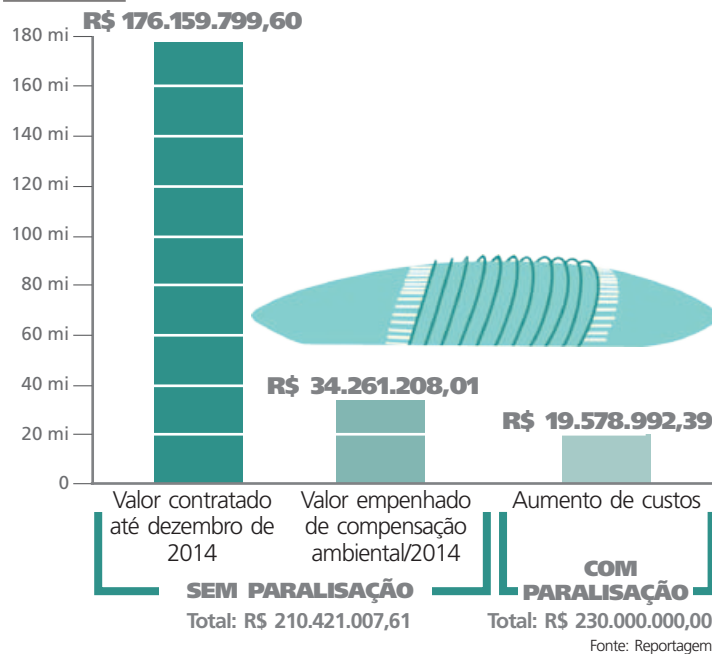
sul começaram a fazer a avaliação técnica do Aquário para verificar o que ainda precisa ser feito lá, o que precisa ser refeito, além de analisar o que já foi gasto e quanto ainda precisa ser investido. A expectativa é que na sexta-feira, dia 26, tanto a empreiteira quanto a agência já tenham em mãos esses números. Técnicos da Agesul disseram ao **Correio do Estado** que está sendo formulada uma planilha própria para confrontar com os números, os quais serão apresentados pela empresa dentro de alguns dias. Assim, ficará mais rápido e mais fácil definir a retomada ou não da obra pela empreiteira.

TUDO PARADO

Desde julho de 2015, quando a Proteco foi retirada do empreendimento, nenhuma nova intervenção foi iniciada. Até aquela data, as empresas Fluidra Brasil, Climatec e a Proteco atuavam no local. Como esta última, que realizava a obra de construção, parou, todas as demais também ficaram impedidas de atuar.

AQUÁRIO DO PANTANAL

VEJA OS NÚMEROS



Agora, com a possibilidade de a Egelte tomar conta do empreendimento, tanto Fluidra quanto a Climatec poderão continuar os serviços de suporte à vida dos aquários e de climatização, respectivamente.

Conforme a Agesul, será pre-

ciso rever algumas instalações elétricas, além de pisos e forro. Quanto ao que ainda falta construir, é necessário terminar o acabamento do forro, a área da biblioteca, a circulação de ar, a tonalização da cenografia dentro dos 33 tanques de água e a ainda o teto de um

parte do local. Para a Agesul, a conclusão é simples, e se a obra, de fato, for retomada em até dois meses, dentro de até um ano (ou seja, abril/maio de 2017) o empreendimento estará pronto.

A paralisação do Aquário gerou aumento do valor investido na obra em pelo menos R\$ 19 milhões até agora. Cálculos indicam que, dos R\$ 210,4 milhões empenhados pela antiga gestão estadual há dois anos, a atual precisaria investir pelo menos R\$ 19.578.992,39 a mais para terminar a obra. Isso levando-se em conta que a Agesul estima gasto total de R\$ 230 milhões para finalizar o empreendimento.

Quanto aos peixes e demais animais que povoarão o Aquário, a Agesul não forneceu nenhuma informação, já que essa parte está a cargo da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, de Planejamento, de Ciência e de Tecnologia (Semac) e da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia (Fundect).

CAMPO GRANDE

Transferência de boxes no Camelódromo é regulamentada

GILDO TAVARES

A Prefeitura de Campo Grande vai regularizar a transferência dos boxes no Centro Comercial Popular Marcelo Barbosa da Fonseca, o Camelódromo. As novas regras foram adotadas a pedido do Ministério Público Estadual (MPE), que converteu procedimento preparatório em inquérito civil para apurar supostas irregularidades na cédência da estrutura. Em 2015, reportagem do **Correio do Es-**

tado constatou que, mesmo não sendo donos das bancas, permissionários lucravam até R\$ 150 mil com a venda ilegal de espaços do prédio público. O aluguel de um box poderia sair por até R\$ 2 mil. Na época, descobriu-se também que o local era visto como investimento garantido. Pessoas vendiam casas no bairros para viver do dinheiro que arrecadavam dos espaços, logo que o aluguel é bem mais caro que na periferia.

A partir de agora, as auto-

rizações oriundas de transferências para comercialização no Camelódromo serão emitidas após requerimento apresentado pelo interessado, que deve ser enviado ao Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (Semadur) e protocolado no na Central de Atendimento ao Cidadão, formalizado em processo administrativo pela Supervisão de Atendimento da Semadur.

Uma das exigências para que outra pessoa assuma o

ponto de comercialização é o termo de renúncia e solicitação de transferência, depois do processo, será remetido à Comissão de Análise dos Processos de Consultas, para avaliação do pedido de autorização e emissão de parecer.

Um dos pontos mais importantes da nova resolução, o novo comerciante com mais de dois anos em atividade consecutiva no Camelódromo poderá transferir sua banca a terceiros, observadas as disposições legais pertinentes. Depois desta transferência, o mercador não poderá comprar outro box no Centro Comercial Popular, pelo prazo de três anos, a contar da data da transferência.

“Esta medida é muito im-



VALDENIR REZENDE

COMO DEVE SER. Transferência de boxes no Centro de Comércio Popular da Capital terá de ser aprovada pela prefeitura

portante, a pessoa não virá trabalhar aqui para logo em seguida sair, se transferir, vai ficar três anos sem poder comprar de novo, porque não pode ter mais de um box. Isso é bom se a pessoa quiser

transferir depois de um tempo, quando não quiser mais ficar aqui”, disse Francisco José Ferreira, presidente da Associação dos vendedores ambulantes de Campo Grande.



WhatsApp

ENVIE SUA NOTÍCIA

67 9971-4437

CORREIO DO ESTADO
CREDIBILIDADE DE LÍDER